

Eduardo Aragão

MANUAL DE

DIREITO

FINANCEIRO

2ª Edição

2026



@eduardo._aragao

www.eduardoaragao.com

SUMÁRIO

1	Introdução ao Direito Financeiro	8
1.1	Atividade Financeira do Estado	8
1.2	Reserva do Possível e Escolhas Trágicas	13
1.3	Fontes do Direito Financeiro.....	15
1.3.1	Introdução	16
1.3.2	Fontes Principais.....	16
1.3.3	Fontes Secundárias.....	19
1.4	Competências Legislativas	19
1.4.1	Considerações Gerais	19
1.4.2	Normas Gerais em Direito Financeiro	22
1.4.3	Iniciativa das Leis de Benefícios Fiscais	23
2	Princípios do Direito Financeiro	25
2.1	Princípios Gerais do Direito Financeiro	25
2.1.1	Princípio da Legalidade.....	25
2.1.2	Princípio da Economicidade	29
2.1.3	Princípio da Transparência	29
2.1.4	Princípio da Responsabilidade Fiscal	35
2.2	Princípios Orçamentários.....	37
2.2.1	Princípio da Legalidade Orçamentária	37
2.2.2	Princípio da Exclusividade	39
2.2.3	Princípio da Unidade ou da Totalidade	40
2.2.4	Princípio da Universalidade.....	42
2.2.5	Princípio da Anualidade.....	43
2.2.6	Princípio do Equilíbrio Orçamentário	44
2.2.7	Princípio do Orçamento Bruto	44
2.2.8	Princípio da Não Afetação ou Não Vinculação da Receita dos Impostos.....	46
2.2.9	Princípio da Especificação ou Especialidade ou Discriminação.....	52
2.2.10	Princípio da Proibição do Estorno ou da Não Transposição	54
2.2.11	Princípio da Unidade da Tesouraria	56
2.2.12	Princípio da Transparência Orçamentária.....	57
3	Orçamento Público.....	64

3.1	Introdução ao Orçamento Público.....	64
3.2	Lei do Plano Plurianual – PPA	66
3.2.1	Conceito.....	66
3.2.2	Prazos e Vigência	67
3.3	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	71
3.3.1	Conceito.....	71
3.3.2	Conteúdo e Funções da LDO	73
3.3.3	Anexos da LDO.....	74
3.3.4	.Prazos e Vigência.....	80
3.4	Lei Orçamentária Anual – LOA.....	82
3.4.1	Conceito.....	82
3.4.2	Reserva de Contingência	87
3.4.3	Despesas do Banco Central	87
3.4.4	Prazos e Vigência	88
3.5	Espécies de Orçamento	89
3.6	Ciclo Orçamentário	91
3.7	Processo Legislativo Orçamentário.....	96
3.8	Natureza Jurídica do Orçamento	105
3.9	Emendas Parlamentares ao Orçamento (LC nº 210/2024)	111
3.9.1	Conceito e Espécies	111
3.9.2	Emendas de Bancada Estadual	113
3.9.3	Emendas de Comissão	119
3.9.4	Emendas Individuais.....	122
3.10	Limites de Crescimento.....	123
3.11	Emendas Impositivas ao Orçamento	124
3.11.1	Considerações Gerais.....	124
3.11.2	Impedimentos de Ordem Técnica.....	129
3.11.3	Reestimativa de Receita e de Despesa	134
3.11.4	Inadimplência do Ente Recebedor	135
3.11.5	Emendas Impositivas nos Entes Subnacionais.....	137
3.12	Orçamento Participativo.....	139
3.13	Medidas Provisórias em Matéria Orçamentária.....	148
3.14	Duodécimos do Legislativo, Judiciário, MP e Defensoria	150
3.15	Créditos Adicionais	151
3.15.1	Introdução.....	151
3.15.2	Procedimento de Abertura	153

3.15.3	Vigência	156
3.15.4	Fonte dos Recursos	157
4	Receitas Públicas	161
4.1	Introdução às Receitas Públicas.....	161
4.2	Classificação Doutrinária das Receitas Públicas	164
4.2.1	Quanto à Competência do Ente Federativo	164
4.2.2	Quanto à Regularidade ou Periodicidade.....	164
4.2.3	Quanto à Origem ou à Coercitividade	166
4.2.4	Quanto à Afetação Patrimonial	171
4.2.5	Quanto à Natureza ou Previsão Orçamentária	172
4.3	Classificação Legal das Receitas Públicas.....	174
4.3.1	Quanto à Categoria Econômica	175
4.4	Estágios da Receita Pública.....	184
4.4.1	Previsão Orçamentária	185
4.4.2	Lançamento de Receita	187
4.4.3	Arrecadação.....	188
4.4.4	Recolhimento	191
4.5	Cessão Onerosa de Direitos Creditórios ao Setor Privado – Securitização de Créditos Públicos	191
4.6	Renúncia de Receita Pública	209
4.7	Flexibilização dos Requisitos Para Renúncia De Receita	218
4.8	Vinculação de Receitas	220
4.9	Desvinculação da Receita da União – DRU	221
4.10	Desvinculação das Receitas dos Estados, DF e Municípios – DREM.....	224
4.11	Transferências Voluntárias	226
4.11.1	Conceito e Contexto Legal	226
4.11.2	Regulamentação Legal	226
4.11.3	Jurisprudência Relevante	228
4.12	Fundos Especiais	230
5	Despesas Públicas.....	234
5.1	Conceito de Despesas Públicas.....	234
5.2	Classificação da Despesas Públicas	234
5.2.1	Quanto à Natureza ou à Origem do Recurso.....	234
5.2.2	Quanto à Competência do Ente	234
5.2.3	Quanto à Periodicidade ou Regularidade.....	235
5.2.4	Quanto à Afetação Patrimonial	236

5.2.5	Quanto à Natureza Legal	236
5.3	Estágios ou Fases das Despesas	243
5.3.1	Fixação	244
5.3.2	Empenho	245
5.3.3	Liquidação.....	249
5.3.4	Pagamento.....	251
5.4	Adiantamento ou Suprimento de Fundos	252
5.5	Regime Contábil da Despesa	254
5.6	Restos a pagar.....	257
5.7	Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	260
5.8	Lei de Responsabilidade Fiscal e as Despesas Públicas	262
5.8.1	Limitação de Empenho ou Contingenciamento de Despesas	262
5.8.2	Requisitos para a geração de despesa ou assunção de obrigação.....	266
5.8.3	Despesa obrigatória de caráter continuado – DOCC.....	269
5.9	Despesa com Pessoal	270
5.9.1	Conceito de Despesa com Pessoal	270
5.9.2	Limite da Despesa Total com Pessoal.....	272
5.10	Controle da Despesa com Pessoal	275
5.10.1	Despesas Nulas de Pleno Direito.....	275
5.10.2	Limites de Alerta e Prudencial	279
6	Regime Constitucional de Precatórios	287
6.1	Introdução ao Regime de Precatórios	287
6.2	Sujeição ao Regime de Precatórios.....	290
6.3	Procedimento	292
6.4	Requisições de Pequeno Valor	297
6.5	Limites de Pagamento Anual de Precatórios.....	301
6.6	Função Administrativa do Presidente do Tribunal	302
6.7	Intervenção Federal.....	304
6.8	Precatórios Comuns e Preferenciais.....	306
6.9	Precatórios Superpreferenciais	308
6.10	Cessão de Precatórios.....	311
6.11	Compra de Imóveis, Pagamento de Débitos e Outras Utilizações para os Precatórios a Receber ³¹⁴	
6.12	Vedação ao Fracionamento e à Complementação de Precatório	315
6.13	Precatórios de Valor Exorbitante.....	320
6.14	Parcelamento de Precatórios	321

6.15	Financiamento Excepcional para Pagamento de Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor.....	323
6.16	Utilização de Depósitos Judiciais e Administrativos para Pagamento de Precatórios	326
6.17	Regime Especial de Pagamento de Precatórios para Estados e Municípios	328
6.17.1	EC nº 62/2009	328
6.17.2	ECs nº 94/2016 e nº 99/2017.....	329
6.17.3	EC nº 113/2021	330
6.17.4	EC nº 114/2021	332
6.17.5	EC nº 136/2025	333
7	Crédito Público	336
7.1	Introdução ao Crédito Público	336
7.2	Natureza Jurídica	336
7.3	Competências Constitucionais em Matéria de Crédito Público	337
7.4	Operações de Crédito	340
7.4.1	Conceito de Operação de Crédito	340
7.4.2	Contratação da Operação de Crédito.....	340
7.5	Operações de Crédito Por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.....	344
7.5.1	Conceito de operação de crédito por ARO.....	344
7.5.2	Condicionantes para Realização de operação de crédito por ARO.....	346
7.5.3	Contratação da Operação de Crédito por ARO	348
7.6	Vedações Relativas às Operações de Crédito	349
7.7	Regra de Ouro do Direito Financeiro	353
7.8	Dívida Pública.....	355
7.9	Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito.....	359
7.10	Recondução da Dívida aos Limites.....	360
8	Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira	365
8.1	Introdução	365
8.2	Controle Interno	367
8.3	Controle Externo.....	369
8.3.1	O Controle Exercido pelos Tribunais de Contas	369
8.3.2	Formas de Controle pelos Tribunais de Contas.....	376
8.3.3	Competências dos Tribunais de Contas.....	378
8.3.4	Contas de Governo e Contas de Gestão.....	386
8.3.5	Eficácia das Decisões dos Tribunais de Contas.....	390
8.3.6	Relatórios dos Tribunais de Contas	394

8.3.7	Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Contas	395
8.3.8	Comissão Mista Permanente.....	396
8.3.9	Tribunal de Contas da União	397
8.3.10	Tribunais de Contas dos Estados, do DF e dos Municípios	402